

Aula **11**

Os impactos
culturais e sociais
do colonialismo

Marcelo Bittencourt

Meta da aula

Discutir as diferentes experiências coloniais que tiveram lugar no continente africano, no século XX, com especial atenção aos seus impactos culturais e sociais.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar a diversidade do processo colonial na África;
2. reconhecer as diferentes mudanças ocorridas na vida dos africanos.

Pré-requisito

Esta será nossa segunda aula para discutirmos a presença colonial na África. Para acompanhá-la, é fundamental que você tenha passado pela Aula 10, que abordou os diferentes colonialismos existentes na África, com especial atenção à questão da exploração da mão de obra.

INTRODUÇÃO

Segundo o historiador John Iliffe, encarar o colonialismo como o agente destruidor de toda a tradição africana é subestimar a resistência dos próprios africanos. Por outro lado, vê-lo como um simples episódio da longa história do continente é subestimar todas as mudanças que ele provocou na vida desses mesmos africanos.

Tendo em conta essa ressalva sobre as perspectivas exclusivistas, nossa proposta será a de ter atenção ao que foi extinto e ao que chegou de novo, mas não esquecer também as interações, as mudanças provocadas na vida dos africanos, a partir das interpretações e sínteses realizadas pelos próprios africanos nesse novo contexto. Afinal, as mudanças coloniais foram por vezes contraditórias, lentas, em outras ocasiões rápidas. Nem sempre a tradição foi ultrapassada pelo que veio de fora, muitas vezes eles se misturaram, resultando em algo novo, mas ainda assim africano.

○ que se pretende é perceber essas outras incursões e consequências do colonialismo, ou seja, a vivência dos africanos, além do mundo do trabalho. Como se estabeleceu a relação colonial no que respeita à religiosidade, à educação, à política, ao papel da mulher e dos jovens?

Lembrando que as respostas a essas questões funcionarão como uma espécie de roteiro dos temas que quase sempre estiveram presentes nos diferentes colonialismos existentes na África, mantemos aqui a perspectiva da defesa de um estudo aprofundado das diversas vivências coloniais que tiveram lugar no continente, sem que essa peça, muito pelo contrário, a validade de reflexões mais amplas, que discutam um elenco das tensões existentes nas inúmeras experiências coloniais.

Cristianização dos africanos e africanização do cristianismo

As diferentes religiosidades locais foram profundamente afetadas pela penetração colonial. Taxadas como obscuras, selvagens, demoníacas, em suma “incivilizadas”, as práticas religiosas africanas sofreriam o menosprezo e a perseguição nas suas próprias regiões de origem, afinal, o novo poder que se instalava trazia também sua matriz religiosa, o Cristianismo.

Além das diferentes proibições criadas e acusações realizadas às religiões africanas, as expropriações de terras, os deslocamentos forçados e as migrações obrigariam os africanos a abandonarem seus locais de culto e os territórios em que seus antepassados foram sepultados. Afastavam-se efetivamente e afetivamente de suas práticas, o que teria implicações na sua visão de mundo, pois a religião, nos mais variados casos africanos, não pode ser descolada dos demais aspectos da vida dos indivíduos. A situação foi agravada pelas ambições do Cristianismo que se instalou nos finais do século XIX, com pretensões de controle sobre diversas esferas da vida dos africanos.



Religiões africanas

Admitindo o sério risco da generalização, já que as religiões africanas conheceram e continuam a ter uma vastíssima diversidade local, podemos pensar que grande parte dessas religiões busca estabelecer o contato entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, o visível e o invisível, ou seja, a morte não “cala” os indivíduos, que continuam a interagir e a influenciar a vida dos vivos, passando a fazer isso na condição de antepassados. No entanto,

essa comunicação só pode ser estabelecida por alguns indivíduos, os sacerdotes. Eles possuem a capacidade de se comunicar com os antepassados, interpretando seus desejos e suas orientações.

Para muitas das religiões africanas, associado a esse princípio da ancestralidade existe um outro, o da “força vital”, que determina que todas as coisas, inclusive as pessoas e os animais, existentes no mundo, possuem uma dose desse elemento, pois foram concebidas pelo criador e por isso trazem nelas essa “força vital”. Sendo assim, seria possível estabelecer-se desequilíbrios e equilíbrios de força vital em tudo que existe, através da ação de um sacerdote. Portanto, se alguém está doente, com sua força vital em desequilíbrio, o sacerdote pode reverter o quadro, reequilibrando a saúde da pessoa, usando a força vital existente num animal, num objeto.

Essa arquitetura religiosa acaba tendo consequências nos mais diferentes aspectos da vida de muitos africanos, porque se o equilíbrio de força vital pode ser recomposto, ele também pode ter sido desestabilizado, gerando a constante dúvida sobre como o infortúnio se processou. Essa forma de encarar a vida e a morte diminui, quando não extingue, o espaço para o imponderável, o acaso. Todos os acontecimentos passam a ser fruto de uma ação. Se o desequilíbrio ocorre, é porque alguém o desejou e atuou para isso. No exemplo da pessoa doente, segundo essa interpretação, alguém lhe desejou mal e realizou alguma ação para que o mal acontecesse.



Figura 11.1: Um praticante da medicina popular africana muito ligada à religião.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/72/Igbo_medicine_man.jpg

O Cristianismo, como vimos nas Aulas 3 e 5, chegou à parte norte do continente africano, no século IV, e na região centro-ocidental, nos finais do século XV, mas manteve a partir dessas áreas uma limitada, quando não inexistente, capacidade de ampliação do seu raio de ação. A nova incursão, iniciada com a expansão colonial de finais do século XIX, teria um alcance territorial e uma força de implementação muito maior. O novo ímpeto cristão integrava o conjunto de práticas que o colonialismo levou para o continente, sob a alegação de “civilizar” os africanos. Sua expansão e suas consequências tiveram dessa vez um impacto muito maior que nas duas primeiras investidas, até porque o alargamento da presença colonial forneceu ao Cristianismo uma área de atuação, tanto em termos geográficos, como sociais, muito maior, com consequências muito mais amplas. O combate à poligamia, por exemplo, exercido sobretudo pelos católicos, levaria a alterações não só na estrutura familiar dos africanos, mas também nos sistemas de herança e na

própria noção de propriedade. A família no formato cristão seria uma grande novidade para africanos de várias regiões do continente e consistiu num ponto importante da catequese colonial.

Evidentemente, o impacto e o resultado dessas orientações e normas de conduta cristã foram irregulares, mas ainda que não fossem aplicadas na sua totalidade, acabaram por apresentar e até mesmo forçar novas formas de convívio e relacionamento social. Suas consequências também se fizeram presentes nas práticas diárias de alimentação, no vestuário e na educação das crianças, todos os aspectos que induziam o ingresso dos africanos no mercado colonial, já que se tratava de produtos e serviços que eram ofertados pela economia e pela administração colonial.

No entanto, essa presença colonial cristã apresentou muitas diferenças. A começar pelas suas duas grandes correntes de transmissão: a católica e a protestante. Sobre isso é importante destacar que em função de acordos internacionais, estabelecidos entre as metrópoles coloniais, essas duas principais correntes cristãs tinham garantido seu espaço de atuação independente do estado colonizador.

Assim, mesmo no caso português, em que se estabeleceu uma estreita relação entre o Estado e a igreja católica, cristalizada pelo Estatuto Missionário, de 1941, que determinou que o ensino dos africanos passasse a ser responsabilidade da igreja católica, as igrejas protestantes puderam atuar nas áreas coloniais sobre controle lusitano.

Para os africanos das diversas colônias, a diferença de atuação entre protestantes e católicos prendia-se, acima de tudo, ao fato da Igreja Católica manter uma maior rigidez no tocante à disciplina e à forma de atuação de seus padres, dada uma maior padronização existente, enquanto do lado protestante a maior flexibilidade no contato e na explanação doutrinária eram resultantes de uma maior descentralização das igrejas.

Pelo lado protestante, atuaram no continente e continuam a atuar, entre outras igrejas, a Batista, a Presbiteriana, a Metodista, a Congregacional e a Luterana. Suas presenças contaram em

muitos casos com estruturas hierárquicas bem menos centralizadas, dispersas por diversas colônias e controladas localmente por um limitado número de pastores, o que resultaria numa maior proximidade às culturas e às línguas locais, dada a participação dos africanos em todas as atividades das missões.



Os protestantes e as línguas africanas

Pastores e missões protestantes adotaram inúmeras vezes línguas locais africanas como línguas do cotidiano da missão e também da doutrinação religiosa. Este fenômeno foi importante na preservação das línguas africanas e algumas vezes na sua dicionarização e fixação gráfica. No entanto, alguns autores advertem que esse processo foi construído a partir da valorização de algumas línguas em detrimento de outras, ou seja, a escolha de uma língua, que passaria a ser valorizada e ao mesmo tempo partilhada por africanos falantes de outras línguas, quase sempre próximas, acabaria levando a extinção destas. A mesma crítica pode ser estendida a alguns governos coloniais que atuaram administrativamente em determinadas regiões, preservando línguas locais.

A maior presença do Cristianismo iria gerar algo novo no cenário religioso colonial que seriam as igrejas africanas, hoje mais conhecidas como igrejas independentes. Criadas em diferentes colônias, algumas já em finais do século XIX e sujeitas a diferentes estruturas e confissões, essas igrejas tinham em comum o fato de apresentarem-se como cristãs, porém sem vinculação à ordem católica ou protestante. Outra característica presente em muitas

dessas igrejas foi a existência de um profeta, alguém que afirmava ter recebido orientações do Espírito Santo, da Virgem Maria ou mesmo de Deus, para criar uma nova igreja, a fim de defender os interesses dos africanos daquela região e ultrapassar os comportamentos equivocados que ali se apresentavam. Entre as mais conhecidas e com maior número de adeptos, destacam-se as Igrejas Batistas Nativas, da Nigéria e do Camarões; a Igreja Tocoísta, de Angola, e a Igreja do Senhor, na Costa do Ouro (atual Gana).



Atende ao Objetivo 1

1. Que possibilidades o imperialismo europeu abriu ao Cristianismo com sua expansão pelo continente africano?

Resposta Comentada

A expansão colonial de finais do século XIX permitiu a católicos e protestantes um alcance territorial e uma força de implementação surpreendentes. O ímpeto cristão passou a integrar o conjunto de práticas que o colonialismo levou para o continente sob a alegação de “civilizar”

os africanos. As igrejas cristãs passaram a intervir diretamente na vida de diferentes populações africanas. O combate à poligamia, por exemplo, exercido, sobretudo, pelos católicos, levaria a alterações não só na estrutura familiar dos africanos, mas também nos sistemas de herança e na própria noção de propriedade. Da mesma forma, tais consequências também se fizeram presentes nas práticas diárias de alimentação, no vestuário e na educação das crianças. Todos eles, aspectos que induziam o ingresso dos africanos no mercado colonial, já que se tratava de produtos e serviços que eram ofertados pela economia e pela administração colonial.

A educação colonial

A igreja católica e as igrejas protestantes também tiveram uma destacada atuação nos campos da assistência médica e da educação básica e profissionalizante, o que nos permite afirmar que o cristianismo colonial foi ao mesmo tempo um elemento importante no processo de desestruturação da ordem existente nas sociedades africanas e um agente gerador de mobilidade social, levada adiante pelos próprios africanos. De fato, religião e ensino andaram muito próximos em várias das experiências coloniais ocorridas na África. Foram fundamentais até mesmo para a formação das elites africanas nacionais que seriam as condutoras de muitos dos processos de independência dos anos 1960 e 1970.

As colônias francesas sofreriam o impacto do anticlericalismo do seu governo metropolitano e por isso vetariam a participação mais ativa das missões religiosas, fossem estas católicas ou protestantes, na educação dos africanos. Belgas, ingleses e portugueses, pelo contrário, valeram-se e muito desse auxílio religioso, ainda que tenham executado planos diferentes de atuação e com impactos diversos nas suas respectivas colônias, o que reforça a ideia apresentada na aula anterior (Aula 10), quanto ao risco de um estudo do colonialismo, a partir das metrópoles europeias.

Quanto ao colonialismo inglês, é possível afirmar que, comparativamente aos demais impérios coloniais, começou cedo a investir no ensino profissionalizante, secundário e mesmo universitário, ainda que nesses casos o número de escolas e vagas existentes fosse muito limitado e também não se possa fazer uma generalização dessa ação para todas as colônias inglesas. Em 1908, foi criada no Egito, mais precisamente no Cairo, a primeira universidade de estilo ocidental do norte da África, já que a região conhecia algumas universidades de matriz religiosa, muçulmana, fundadas ainda no século IX. Ainda nas três primeiras décadas do século XX, surgiriam cursos superiores (*colleges*) na Nigéria, na Costa do Ouro (atual Gana) e em Uganda, que já no final dos anos 1940 se transformariam em universidades na Nigéria e na Costa do Ouro, ambas em 1948, e no Uganda, em 1949.

Os belgas, por sua vez, atuaram com maior ênfase na alfabetização, mas apenas já muito próximo do fim de sua presença colonial é que passaram a dar conta do ensino secundário. No tocante ao ensino universitário, a primeira universidade, a Universidade de Lovanium, surgiria no Congo Leopoldville, em 1954, criada por católicos jesuítas. As demais colônias, Ruanda e Burundi, administradas em conjunto pela Bélgica, por um mandato das Nações Unidas, após a derrota da Alemanha na I Guerra Mundial, sofreriam uma ação na área educacional bem mais tímida e só conheceriam o ensino universitário, após suas independências em 1962.

O governo colonial português atuou com as limitações de sua economia e com a participação das missões religiosas, tanto católicas quanto protestantes. O ensino das missões protestantes, por exemplo, angariou muitos estudantes para o ensino técnico e foi importante na formação de enfermeiros, professores primários, motoristas, datilógrafos e costureiras. O Estado investiu no ensino técnico, sobretudo, para a formação de técnicos agrícolas e o ensino universitário só teria início em 1963 e apenas em Angola e Moçambique, em mais uma demonstração da diversidade de estratégias dos colonizadores com as suas colônias.

A expansão do ensino formal nas mais diversas colônias atendia às demandas internacionais por melhorias na condição de vida dos africanos e às cobranças dos próprios africanos, que acenando com o discurso colonial de que os europeus levavam a civilização ao continente, conseguiam pressionar pela criação de mais escolas. Essa atuação africana é fundamental para entendermos as diferentes estratégias e ações locais das metrópoles, nas suas respectivas áreas coloniais. Por outro lado, os governos coloniais também necessitavam de um número crescente de africanos com algum grau de instrução formal, para viabilizar a gestão do espaço colonial e dinamizar minimamente a sua economia.

Esse cenário favorecia a implementação do ensino primário e, em menor escala, do ensino técnico. Isso explica o pequeno número de africanos com passagem por cursos universitários até o fim da II Guerra Mundial. A criação de cursos universitários, a partir dos anos 1940, em algumas colônias inglesas altera minimamente esse quadro, mas ainda assim os poucos africanos com título universitário em 1950, conquistariam seus diplomas, quase sempre, em universidades europeias ou estadunidenses.

O ensino colonial também introduzia novas contradições nas sociedades africanas. Ao mesmo tempo em que fomentava a mobilidade social, por criar a oportunidade dos africanos alcançarem empregos com melhor remuneração, apertava os laços com a metrópole ao reforçar a ideia de pertencimento aos respectivos impérios coloniais. Tal reforço fazia-se presente, entre outros, nos estudos de História, Geografia e Literatura que realçavam as glórias, as datas comemorativas, os textos e até os fatores climáticos e topográficos das metrópoles.

A escola seria mais um terreno das tensões coloniais entre o local e o imperial, o africano e o europeu, a tradição e a modernidade. O importante é perceber que quase sempre os resultados dessas oposições foram respostas múltiplas. Tanto surgiram grupos africanos refratários à experiência escolar de tipo ocidental quanto indivíduos que a partir da experiência escolar construíram a ideia de nacionalidade, que antes

não tinham. Afinal, era mais fácil um jovem nascido na Nigéria se entender e pensar-se como nigeriano, que era uma identidade nova, resultante do colonialismo, tendo frequentado uma escola inglesa com aulas sobre a história da Inglaterra, suas conquistas e sua geografia, do que se ele tivesse permanecido no seio da sua comunidade de origem, sem maiores contatos com a experiência colonial. Nesse último caso, o mais provável é que falassem mais forte suas identidades locais, regionais, religiosas, linguísticas etc.



Atende ao Objetivo 2

2. Identifique as possibilidades de desdobramento que o ensino colonial abriu para os africanos.

Resposta Comentada

A igreja católica e as igrejas protestantes tiveram uma destacada atuação na educação básica e profissionalizante. O que nos permite afirmar que o Cristianismo colonial foi ao mesmo tempo um elemento importante no processo de desestruturação da ordem existente nas sociedades africanas e um agente gerador de mobilidade social, levada adiante pelos próprios africanos. De fato, religião e ensino andaram muito próximos em várias das experiências coloniais, ocorridas na África. Foram fundamentais até mesmo para a formação das elites africanas nacionais que seriam as condutoras de muitos dos processos de independência dos anos 1960 e 1970.

O ensino colonial introduziu novas contradições nas sociedades africanas. Ao mesmo tempo em que fomentava a mobilidade social, por criar a oportunidade dos africanos alcançarem empregos com melhor remuneração, apertava os laços com a metrópole ao reforçar a ideia de pertencimento aos respectivos impérios coloniais. A escola seria mais um terreno das tensões coloniais entre o local e o imperial, o africano e o europeu, a tradição e a modernidade. O importante é perceber que quase sempre os resultados dessas oposições foram respostas múltiplas. Tanto surgiram grupos africanos refratários à experiência escolar de tipo ocidental, quanto indivíduos que a partir da experiência escolar construíram a ideia de nacionalidade, que antes não tinham.

A cultura urbana

As cidades africanas coloniais conheceram quase sempre um crescimento desordenado, resguardando espaços delimitados e melhor atendidos, quanto aos serviços públicos, para a população branca, os colonos, muitas vezes nos subúrbios e para os serviços administrativos, nas áreas centrais. Sua expansão conheceu um maior incremento, a partir da década de 1930, com a chegada de africanos do interior, mas os investimentos coloniais não acompanharam essa nova demanda. Os dados existentes assinalam que, em 1950, cerca de 30 milhões de pessoas já viviam em áreas urbanas, algo em torno de 20% da população total do continente.

No pós II Guerra Mundial, esses bairros africanos continuaram crescendo e *favelizando-se*, processo que seria mantido no período pós-independência.

Apesar dos problemas gerados por esse crescimento populacional, é indiscutível que uma vida urbana e, conseqüentemente, uma cultura urbana foram sendo construídas com a participação dos africanos. Espaços de lazer, como: os cinemas, as lanchonetes, os bailes e as praças foram ocupados por rapazes e moças africanas ou criados por estes, quando as barreiras raciais forçavam a isso.

Profissões do ambiente urbano também passaram a ser ocupadas pelos africanos, o que possibilitou o seu acesso a recursos financeiros e, conseqüentemente, produtos de difícil ou impossível acesso até então. A associação entre vida urbana e escolarização iria mudar e muito a relação dos jovens, principalmente os homens, com as suas áreas de origem, ainda controladas pelos homens “mais velhos” do grupo. De posse de recursos financeiros, esses jovens não se encaixavam mais perfeitamente na posição de dependentes dos “mais velhos” para galgar as diferentes etapas da vida comunitária.

Ainda que enfrentando maiores barreiras, que começavam no ambiente familiar e prosseguiam nas menores oportunidades de estudo, algumas jovens mulheres africanas conseguiram mudar suas vidas. Quase sempre seria o ensino a porta de entrada para esse novo mundo. Fugindo ao destino do casamento, imposto pela família, ao conquistarem profissões através da instrução formal colonial, essas mulheres seriam um espelho de grande importância para as demais.

A etapa seguinte desses africanos seria a criação, quando permitido pelo governo colonial, de associações de ajuda mútua, sindicatos, clubes e até mesmo partidos políticos. A vida urbana potencializava essas iniciativas, ainda que em muitos casos, tais grupos partilhassem também identidades étnicas, em mais uma demonstração de como o novo, a vida urbana e as organizações de classe, misturaram-se com o velho, as identidades etnolinguísticas.

O ambiente urbano, em muitos casos, reproduzia as alianças étnicas, em função do número de africanos do mesmo grupo, residentes nas mesmas regiões ou bairros da cidade e executando um leque delimitado de atividades laborais. O convívio com outros grupos étnicos reforçava suas identidades étnicas, dado o exercício do contraste próximo. As autoridades coloniais também pareciam fomentar essas rivalidades, o que lhes facilitava a função de controle e a arregimentação de apoios.

A vida política

A vivência urbana favorecia ainda uma vida política. O que até certo ponto era uma novidade para os jovens, porque a política vivida nas aldeias, nas sociedades de origem, em muitos casos, era algo para poucos, para as lideranças “mais velhas”, para aqueles que controlavam mais pessoas. A migração para as cidades de crescentes segmentos de jovens abriu novas possibilidades também nessa esfera de atuação.

Todavia, não foram apenas as cidades que introduziram tal possibilidade: as grandes construções coloniais, com especial destaque para as ferrovias, as estradas e os portos, que reuniam africanos de diferentes origens e com demandas diversas, o que permitia quer o afloramento de tensões étnicas quer o surgimento de sentimentos nacionalistas entre esses africanos, também contribuíram para esse efeito. O mesmo pode ser dito para os mercados que cresceram ou surgiram com o avanço da economia colonial. Produtos, ideias, informações e aproximações eram trocados e negociados, dando fôlego à criação de uma nova identidade, a nacional.

Do ponto de vista econômico, os colonizadores defendiam para as colônias africanas uma perspectiva de progresso de teor liberal, com a ressalva paternalista de que tal percurso deveria ser seguido dentro dos estreitos limites coloniais, em virtude do que alardeavam como atrasos estruturais. Falta de recursos humanos,

experiência administrativa, tradição democrática, infraestrutura básica, vários seriam os argumentos levantados para demonstrar a inviabilidade das alternativas ao modelo proposto pelas metrópoles, sem que fosse questionado quem era o responsável por esse cenário.

Quanto à política, o interregno das experiências totalitárias na Europa, nos anos 1920 e 1930, não trouxe grandes desdobramentos para a África. Afinal, a experiência colonial assumiu, desde o seu início, um caráter unilateral e violento, antes mesmo da ascensão de regimes com esse perfil na Europa. Inglaterra e França, baluartes da luta contra as ditaduras na Europa, contradiziam, no continente africano, a postura que iriam assumir diante de seus pares europeus. Não por acaso, quando a Alemanha perde suas colônias africanas, após o fim da primeira guerra mundial, estas são apropriadas para as órbitas de Londres e Paris.

Ultrapassada a segunda guerra mundial, tomam corpo lentamente as orientações que conduziriam ao triunfante discurso da democracia, enquanto para a África, apesar das mudanças que iriam ocorrer, mantém-se o *script* da manutenção dos vínculos por mais de uma década. A condição colonial parecia se sobrepor a todas essas mudanças vivenciadas na Europa, fazendo com que a situação política da África fosse marcada pelo simulacro da normalidade e a econômica pela violência da exploração cotidiana, a despeito das intensas mudanças, ocorridas nas metrópoles.

Os africanos, no entanto, passaram a lutar dentro das regras do jogo e em algumas colônias conseguiram antes mesmo do desfecho da II Guerra Mundial participar mais ativamente da política, ainda que essa fosse colonial. Africanos que viviam em cidades da costa do Senegal elegeram um representante africano para a Assembleia Francesa em Paris, em 1914. Nos anos 1920, os africanos da Gâmbia e da Costa do Ouro (atual Gana) passaram a eleger representantes locais para as assembleias regionais.

Após 1945, mudanças significativas iriam ocorrer nas colônias inglesas e francesas, no tocante a participação crescente dos africanos na vida política dos seus territórios. No entanto, mais uma

vez, a lente metropolitana induz a graves equívocos. Não foram todas as colônias francesas e inglesas que passaram a trilhar esse caminho. No caso inglês, era bem nítida a distinção de estratégias para as colônias da costa ocidental, baseadas na negociação e na atuação africana nas eleições, e para as colônias situadas na África Oriental e Austral. Nessas últimas, a existência de um número significativo de colonos ingleses levou a uma estratégia de afastamento dos africanos da política. A França, por sua vez, viveria problema semelhante em relação à Argélia.

Nas colônias belgas e portuguesas, a tentativa foi sempre a de tentar manter os africanos distantes da política colonial. Os mecanismos de participação criados foram no sentido de referendar os regimes e não de dar espaço às demandas locais. Ao contrário, sobretudo, das áreas colônias inglesas e francesas da parte ocidental do continente, as colônias portuguesas não conheceram liberdade partidária até o momento das independências e essas só ocorreriam em 1975, uma década e meia após a maioria das independências africanas. Nesse caso, a existência de um regime ditatorial, que também impedia a existência de partidos políticos na própria metrópole, é de fundamental importância para o entendimento da uniformidade dessa política.

Como afirmado inicialmente, as questões aqui levantadas tiveram o intuito de apresentar um roteiro dos temas que quase sempre estiveram presentes nas diferentes experiências coloniais, verificadas na África. Ainda que composta por pesos e combinações diversas, conforme o contexto colonial em discussão, a análise específica de cada caso, de cada vivência colonial pode e deve se valer desse elenco de questões, desse inventário de problemas que foi aqui apresentado.

Resposta Comentada

As cidades africanas coloniais conheceram quase sempre um crescimento desordenado. Apesar dos problemas gerados por esse crescimento populacional, é indiscutível que uma vida urbana e, conseqüentemente, uma cultura urbana foram sendo construídas com a participação dos africanos. Espaços de lazer foram ocupados por rapazes e moças africanas. Profissões do ambiente urbano também passaram a ser ocupadas pelos africanos, o que possibilitou o seu acesso a maiores recursos financeiros. A associação entre vida urbana e escolarização iria mudar e muito a relação dos jovens, principalmente os homens, com as suas áreas de origem, ainda controladas pelos homens “mais velhos” do grupo.

A etapa seguinte desses africanos seria a criação, quando permitido pelo governo colonial, de associações de ajuda mútua, sindicatos, clubes e até mesmo partidos políticos. A vida urbana potencializava essas iniciativas, ainda que em muitos casos, tais grupos partilhassem também de identidades étnicas, em mais uma demonstração de como o novo, a vida urbana e as organizações de classe, misturaram-se com o velho, as identidades etnolinguísticas.

RESUMO

A proposta desta aula é chamar a atenção para o que foi extinto com a presença colonial e as novidades introduzidas por essa mesma presença, mas não esquecer também as interações, as mudanças provocadas na vida dos africanos, a partir das interpretações e sínteses, realizadas pelos próprios africanos nesse

novo contexto. Nem sempre a tradição foi ultrapassada pelo que veio de fora, muitas vezes eles se misturaram, resultando em algo novo, mais ainda assim africano.

A escola, a religiosidade e as cidades foram terrenos propícios ao explodir de tensões coloniais entre o local e o imperial, o africano e o europeu, a tradição e a modernidade. O importante é perceber que quase sempre os resultados dessas oposições foram respostas múltiplas. Tanto surgiram grupos africanos refratários à experiência escolar e religiosa de tipo ocidental quanto indivíduos que a partir dessa experiência construíram a ideia de nacionalidade, que antes não tinham.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, visando reforçar algumas das discussões apresentadas sobre o colonialismo, abordaremos um estudo de caso. Iremos nos debruçar sobre as diferentes fases do colonialismo português, em Angola.